

Cheilik, Michael. *História Antiga. De seus primórdios à queda de Roma*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984, 268 p.

Res. por J. A. Dabdab Trabulsi

Universidade Federal de Ouro Preto (Mariana)

Pobres de nós, professores de História Antiga em Universidades brasileiras! No momento em que outros domínios da História beneficiam de um maior interesse e iniciativa por parte do movimento editorial, somos obrigados a trabalhar com tão pouca coisa, e tão ruim. . .

Porque o máximo que se pode afirmar sobre esta obra do prof. Cheilik é que ela é medíocre. O livro parece o resultado de anotações para um curso sobre História Antiga, “do início ao fim”, direcionado para os estudantes dos primeiros “terms” de Universidades americanas, preparado apressadamente durante um verão, e depois editado como manual para cursos semelhantes.

O que eu me pergunto é o seguinte: por que traduzir e editar no Brasil em 1984 um tal livro, editado nos Estados Unidos há exatamente 15 anos? Como por aqui já não se ensina História Antiga no segundo grau, o livro foi claramente editado visando o público universitário. Se o objetivo era, em todo o caso, o segundo grau e vestibulares, o Arruda, J. J. (1) é mais conveniente. Se não, no mesmo estilo, os volumes da “História Geral das Civilizações” são infinitamente melhores (acreditem!) e mesmo o Paul Petit (2) é um grande livro. . .

Nas “orelhas” prometem-nos um destes livros escritos sobre “as grandes linhas mestras”, “abrangendo um período amplo”, e somos informados de que “a reunião dessa massa de milhares de fatos da história em um pequeno volume como este só foi possível graças a uma aprimorada técnica de seleção e condensação dos acontecimentos políticos, militares, econômi-

---

(1) — ARRUDA, J. J. de A., *História Antiga e Medieval*. Rio de Janeiro, Ática 1979.

(2) — PETIT, P. *História Antiga*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

cos, sociais e culturais que tiveram importância essencial e realmente pesaram na evolução histórica”. Prometem-nos ainda “uma visão não só panorâmica, mas também comparativa”.

Este programa já não seria nem um pouco moderno e atraente, mas nem essas promessas são cumpridas. Na verdade, notamos desde os primeiros capítulos que o autor se limita a *resumir* os *acontecimentos*, com a única preocupação de *transmitir* dados passíveis de *assimilação*. Terá um livro igual a este quem se dispuser a selecionar os verbetes sobre Antiguidade numa enciclopédia como a Barsa ou a Delta, simplesmente organizando-os em ordem cronológica. Talvez o resultado seja até melhor, pois o leitor ficará poupado de engolir coisas como: “sob o governo esclarecido do rei. . .” (p. 28) ou “o tempo, entretanto, estava-se esgotando para os sumérios” (p. 29). Este tipo de observação se multiplica, numa visão que não enxerga nada na Mesopotâmia a não ser uma sucessão caótica de batalhas e reis, invasores e imperialismos.

Nos capítulos relativos ao Egito somos obrigados a ler banalidades como: “é óbvio que o rei não podia administrar sozinho” (p. 37) ou “tal como no caso de todas as instituições humanas, a mudança era inevitável” (p. 37), ou ainda: “Evidentemente foram necessárias força e bajulação para restabelecer o governo central” (p. 38). E isto sem que a visão histórica do autor fique menos simplória, e providencialista: “Parecia que a anarquia estava prestes a levar a melhor, mas um general. . .” (p. 45) ou “resultou um inevitável conflito e os egípcios, embora lutassem valentemente, perderam uma batalha decisiva. . .” (p. 45).

Permeiam ainda o texto julgamentos de valor do tipo: “sua arte era um arremedo algo tosco de elementos inspirados no Oriente Próximo” (p. 46), falando sobre os Hititas, ou “uma causa para o rápido declínio e quase total desaparecimento dos assírios foi a sua grande crueldade.” (p. 53).

Os mesmos defeitos se repetem ao longo dos capítulos referentes à Grécia e, muito mais, nos dedicados a Roma. Assim, na p. 76: “Durante o século VI a.C., Atenas possuía líderes extraordinariamente aptos que não só curaram as feridas do Estado mas também estabeleceram a supremacia de Atenas no mundo helênico.” Além disso, o que ele faz é uma banal “história da constituição” de Atenas, de outras cidades gregas e de Roma, com as datas das criações e transformações das magistraturas, e só. Não conseguimos perceber qualquer visão da transformação histórica, pois a sua formulação predileta é do tipo “durante tal período. . .mais tarde. . .”, como nas páginas 85-86. Problemas mais amplos como o surgimento das culturas complexas, a formação da sociedade escravista, o fim do mundo antigo não são discutidos.

Um dos poucos méritos do livro é tentar dar ao IV século e ao período helenístico a mesma importância do V século, mas a visão preconceituosa (“Agora, uma série de demagogos, interessados apenas em seu engrandecimento pessoal...”, p. 97) e providencialista (“No século IV a.C. a personalidade de Alexandre o Grande, propiciou o alvorecer de uma nova era”, p. 122) põe tudo a perder.

Nos capítulos sobre o período helenístico e a expansão romana, a cronologia militar atinge proporções paroxísticas, tornando a leitura insuportável. Por exemplo, na página 32 há 13 datas e mais de 20 nomes diferentes de cidades, reis e dinastias!

A tendência à verbetização é talvez o que de mais impressionantemente deplorável tem o livro. Presente mesmo nos trechos mais cursivos, atinge *frequentemente* níveis como o das páginas 202-203 onde, em duas páginas, há 12 “verbetes” (retórica, épica, sátira, etc.) falando sobre “cultura”, ou na sucessão dos imperadores romanos, cada qual com sua dezena de linhas falando de filiação, realizações, queda, etc.

De forma geral, poderíamos dizer que o livro cai em todos os “pecados” de uma obra geral sobre a Antigüidade, e não explora nenhuma de suas possibilidades.

Por exemplo, sobre os indo-europeus, multiplicam-se observações como esta: “Um grupo de tribos indo-européias coletivamente denominadas iranianos parece ter aparecido na Ásia durante o segundo milênio a.C.” (p. 56). Ele fala muito de invasões de povos indo-europeus, mas nada diz sobre a sua organização, língua, religião, etc. Parece que nunca ouviu falar de G. Dumézil. Note-se ainda que, mesmo no aspecto mais “evidente”, o do povoamento da Europa, ele não chega a dar um quadro coerente.

Outro problema, o da formação da sociedade escravista, não é considerado pelo autor, que repete os velhos dados de sempre; “Os escravos do Estado eram empregados em obras públicas e alguns (os arqueiros citas) serviam até como uma espécie de força policial. O tratamento daqueles infelizes que trabalhavam nas minas era lamentável, porquanto eram considerados objetos para ser usados e descartados. Entretanto os escravos tinham muito melhor tratamento na indústria privada, onde formavam parte da classe trabalhadora não-qualificada. Nos lares, eram frequentemente tratados como membros da família e serviam muitas vezes como professores” (p. 96). Ora, isso não passa de um *resumo da própria ideologia escravista*, tal como elaborada pela classe dominante, que visava a confortar parte da população escrava, brandindo o espantalho das minas.

A explicação sobre a queda do Império Romano e o fim do mundo antigo é especialmente ruim. Os grandes problemas de transição, que têm sido objeto de tantos debates, não são abordados. Nada sobre o regime da

terra, nada de mais penetrante sobre a difusão do cristianismo, e nem tampouco sobre a organização social dos bárbaros. Aliás, de fim do *mundo antigo* nem se fala; o livro se encerra com a crônica militar da queda de Roma.

Os “complementos” do livro são condizentes com o “principal”. Uma longa cronologia (14 p.) exclusivamente político-militar, “modelos de questões”, do tipo “Exponha a contribuição suméria” ou “De que modo elas (as reformas de Solon) ajudaram Atenas”. Finalmente, uma bibliografia que seria completa 20 anos atrás e cujo princípio de apresentação é a distinção entre livros em brochura e encadernados.

Ora, os professores e estudantes de história antiga não aceitam mais este tipo de coisa. Como disse o prof. Ulpiano T. Bezerra de Meneses (3) “ensinar história é ensinar a fazer história”, “ensinar não se perfaz com transmitir conhecimentos, muito menos informação”. Quando se pretende que o aluno (no caso, o leitor) “assimile a história” chega-se à “enciclope-dização do curso, em que a história antiga teria vários verbetes”. “Assim, cursos do tipo ‘Roma, do começo ao fim’ deveriam ser repensados e substituídos por cursos temáticos”. Crítica que se aplica perfeitamente a este livro.

Na mesma ocasião, o prof. Ulpiano levantou um debate recente dizendo (4): “Alguns especialistas da Antiguidade, na França, examinando recentes tendências do ensino universitário e secundário, manifestaram o temor de que a ‘agricultura extensiva’ dos cursos panorâmicos se passasse, agora, para uma ‘horticultura de quintal’ dos cursos monográficos”. Ele mostra (5) como este tipo de perigo pode ser evitado. É verdade também, que na própria França, tendências que me parecem extremamente reacionárias (*pura e simplesmente*) ganham muito terreno atualmente. Até na grande imprensa os “manifestos” contra a história científica se multiplicam. Um exemplo entre dezenas (6): “Longtemps, les historiens ont pensé pouvoir mettre le passé en équation. Mais, au tournant des années 80, l'intrigue leur résiste. Un nouveau style d'Histoire plus figuratif que démonstratif voit progressivement le jour. ‘La reflexion historique écrivait Paul Veyne, est une critique qui rabat les prétentions du savoir et qui se borne à dire vrai sur les vérités, sans présumer qu'il existe une politique vraie ou une science avec majuscule’”.

Chegando de volta ao nosso assunto, seria muito bom se a publicação da obra de CHEILIK fizesse parte desta ressurreição da história tradi-

---

(3) — *Anais do I simpósio nacional de história antiga*. João Pessoa, 1984, p. 76.

(4) — *Idem*, *ibidem*, p. 77.

(5) — *Ibid.*, p. 77.

(6) — *L'Express*, n.º 1965, janeiro de 1984, p. 74.

cional. Na verdade, é um ramo intelectual e editorial que só acontece mesmo no Brasil. É hora de restabelecer a seriedade editorial no domínio da História Antiga. Há, *no mínimo*, dez livros mais interessantes, que permanecem inéditos no Brasil, mesmo se nos limitarmos às obras mais gerais. Ainda que seja para utilização num curso panorâmico, já se dispõe de coisas mais inteligentes, como os livros de Ciro Cardoso (7) e Maria Beatriz Florenzano (8), apesar das limitações que têm sido apontadas nestas obras. Que uma editora tão importante quanto à Brasiliense tenha escolhido não sair, nas suas publicações maiores de História Antiga, do domínio da sexualidade (9) isto se explica pela moda, embora não concordemos com esta limitação. Mas se os livros não são fundamentais, trata-se pelo menos de teses de bom nível.

Em contraposição à Editora da UnB, cujo programa editorial no domínio da antiguidade, pode ser considerado conservador, com reedições de Jaeger (10), traduções apressadas de textos antigos (11) ou coletâneas como a de Jaguaribe (12), o programa de Zahar pode ser definido como anacrônico, com reedições intermináveis de Toynbee (13) e Rostovtzeff (14). Mas, ainda que antigos e ultrapassados, são obras de divulgação de autores de bom nível (15). A esta “História Antiga” da Zahar só podemos desejar carreira breve e rápido esquecimento.

---

(7) — CARDOSO, C. *O Egito Antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(8) — FLORENZANO, M. *O Mundo Antigo: Economia e Sociedade*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(9) — ROUSSELLE, A. *Pornéia*. São Paulo, Brasiliense, 1984; e SALLES, C. *Nos Submundos da Antiguidade*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(10) — JAEGER, W. *Paidéia*. Brasília, UnB, 1981.

(11) — Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução, introdução e notas por Mário da Gama Kury. Brasília, UnB, 1982.

(12) — JAGUARIBE, H. (org.) *A Democracia Grega*. Brasília, UnB, 1981.

(13) — TOYNBEE, A. *Helenismo. História de uma Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.

(14) — ROSTOVITZEFF, M. *História da Grécia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. *História de Roma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

(15) — Como também HATZFELD, J. *História da Grécia Antiga*. Lisboa, Europa América, 1965, largamente utilizado nos cursos de graduação no Brasil.